

Dívida federal Pública cresce 49% em um ano

por Claudia Safatle
de Brasília

A dívida pública mobiliária federal teve crescimento real de quase 50% (49,84%) nos últimos doze meses, quando o estoque de títulos saltou de CR\$ 1,52 trilhão para CR\$ 107,26 trilhões.

O estoque da dívida mobiliária dos estados e municípios (municípios de São Paulo e Rio de Janeiro) também teve crescimento real significativo no período de um ano, de maio de 1993 a maio último: saiu de CR\$ 606 bilhões para CR\$ 34,92 trilhões. Cifras que, deflacionadas pelo IGP-DI, resultam num aumento real de 23,02%.

Esses dados foram divulgados ontem pelo Banco Central (BC), juntamente com a evolução dos indicadores de expansão monetária. A base monetária de maio, compreendida como emissão primária de moeda, cresceu 46% na posição de final de período e 49% na média dos saldos diários, superando, assim, a própria variação da Unidade Real de Valor (URV) em 3,5 pontos percentuais.

Os meios de pagamento, em seu conceito mais restrito (M-1, papel-moeda em poder do público mais depósitos a vista nos bancos), também apresentaram aumento de 49% na média dos

saldos diários, embora a variação na posição dos saldos de final de mês tenha ficado bem menor, em 42% (ou retração de 2,8%, medida pela variação da URV).

Foram as operações do mercado de câmbio que mais influenciaram na expansão da base monetária — cujo impacto líquido representou CR\$ 4,86 trilhões.

Como estes são os últimos dados mensais da gestão da política monetária até a emissão do real, no dia 1º de julho próximo, os resultados ganham relevância como produtos de uma política monetária passiva. Com a âncora monetária do Plano Real, o BC pretende construir uma gestão bem mais dura de oferta da nova moeda.

Ontem, em almoço com ministros ligados à área econômica, o ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, tentou garantir o cumprimento de um dos principais pilares do Plano Real: o controle do gasto público. Segundo relato da repórter Lu Aiko Otta, deste jornal, Ricupero recomendou que as empresas estatais não aumentem seus investimentos e não concedam reajustes salariais, nem mesmo a título de produtividade, neste ano.

(Ver página 3)